

Planejamento territorial e Segurança publica

Miguel Ângelo Silveira ¹
Roberto de Oliveira ²

Universidade Federal de Santa Catarina

UFSC – Florianópolis SC

¹ miguel.pmsc@gmail.com

² ecv1rdo@ecv.ufsc.br

Resumo : Este estudo, feito com base em análise de dados da cidade de Florianópolis–SC, Brasil, reflete sobre normas de segurança que poderiam agregar-se aos projetos para os sítios urbanos a fim de prever a melhoria da qualidade atual de vida nas cidades. Com o desenfreado crescimento do ambiente construído, atingiu-se um alto nível de urbanização, sendo esta uma consequência dos conjuntos de empreendimentos, de combinações aleatórias das construções desenfreadas e desordenadas e, inegavelmente, das clandestinas. Inevitavelmente, isto traz diversos fatores influentes sobre a vida comunitária e social. Dentre as mais impactantes consequências podemos apontar a malha viária incompatível com o fluxo de veículos, a formação desestruturada do desenho urbano, favelização, dificuldade de mobilidade, acessibilidade e visibilidade, locais isolados ou inatingíveis, ausência de locais para interação social como praças e parques, perda de identidade social, ausência da sensação de lugar, isolamento residencial, entre outras. A Polícia Militar executa a sua função com o policiamento ostensivo, preventivo e, após o ato delituoso, repressivo. No mister do cumprimento de sua missão, a polícia militar embrenha-se na prevenção e persecução criminal em meios aos ambientes urbanos construídos e vias públicas, sujeitando-se e expondo-se à urbanização existente. Perante esta situação verificou-se que estes ambientes poderiam apresentar características que facilitariam e contribuiriam para as atividades de segurança pública.

Palavras chaves: segurança pública, ambiente construído, desenho urbano, planejamento urbano.

Territorial planning and public security

ABSTRACT : This work is based on data analysis from Florianópolis, in Brazil and try to show that security rules could be join up to the urban designs in order to ensure a better life quality in our cities. The scalation of population increase in built areas caused a high level of urbanization bringing a lot of elements that influenced the social and community life. One of them, found in big towns, is the lack of control to determine an ideal urban plane as result of many enterprises or housing estates without a needed control and still more those clandestine social agglomerations. Among the more important consequences pointed are the incompatible transport system, that can not support the motor traffic, shantytowns, seclude or inaccessible places, a long felt want of public squares and parks, the lost social identity, lack of place sensation, home isolation, and so on. Public Security consists in one vital role of the State that is the only responsible in promoting the social security and law enforcement, indispensable to all member of its society. The military police has the constitutional attribution of doing the preventive and ostensive patrolling and the repressive one, after a criminal fact. To accomplish its mission the military police carry out preventive actions and the criminal persecution among the urban environments build in thoroughfares, exposing itself to the existent urbanization.

Keywords: Urban projects, urban plane, Public Security, urban environments, built areas, thoroughfares, strategic management.

1 1º Ten. da PMSC, Especializando em Segurança Pública – PUCRS/SENASA, Mestrando em Cadastro Técnico e Gestão Urbana – UFSC

2 Professor do PPGEC – UFSC

INTRODUÇÃO

A segurança sempre foi um dos pontos de influência e foi determinante na história da humanidade. Muitos percursos ou acontecimentos históricos foram determinados pela influência na busca da segurança ou por motivação da sua falta. O homem é basicamente um animal fraco, sem garras, sem pelos, dentes, não salta bem, não corre bem, enfim, sua única chance de sobrevivência foi viver em grupos, como meio de se fortalecer e buscar ardilosamente métodos e meios que o transformassem em um animal forte, ou rápido, ou resistente, com isso passou a usar o que tinha de melhor, a inteligência.

Atualmente, para a célula habitação a questão da segurança tornou-se um fator determinante de qualidade de vida. Contudo a convivência em grupo não se trata unicamente da questão de segurança, mas também de uma chance melhor de sobrevivência, por diversas vantagens. Dentre as vantagens da vida em grupo, podemos considerar a possibilidade de superar a falta de auto-suficiência total, isto é, todos os seres humanos precisam da colaboração mútua para satisfazer os seus interesses e necessidades.

Porém, quanto maior o desenvolvimento dos grupos mais conflitos acontecem. Então, criaram-se hábitos e costumes, que serviram para regrar a conduta humana dentro de preceitos com base na moral e na ética. Entretanto, o conteúdo dessas regras culturais é volátil e mutável. Através delas não se pode garantir uma equidade e equilíbrio dos valores utilizados na solução das lides existentes. Logo, surgiram as leis escritas que possuem como escopo conduzir a vida em sociedade.

Para a garantia de obediência e cumprimento dessas normas, o Estado possui alguns órgãos que servem como instrumentos. Os órgãos componentes da Segurança Pública constituem, no seu conjunto, esta capacidade do Estado de interagir na vida das pessoas. Trata-se do “poder de polícia”, que segundo Meirelles (1; p.109) “é a faculdade que dispõe a Administração Pública para condicionar, restringir o uso e gozo dos bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado.” Sendo que, no Brasil estes órgãos são: a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Policia Militar Estadual, Polícia Civil, CF/88 (2; p.88) Como também outros órgãos de controle administrativos específicos como a Guarda Municipal, Vigilância Sanitária ou Polícia Sanitária, fiscalização da Fazenda Nacional, Fazenda Estadual.

A polícia, nos dias atuais, baseia a sua conduta de duas formas:

A primeira é a atuação preventiva, realizada pelas polícias militares. Que tem como objetivo principal a prevenção da ação criminosa, objetivando evitar que o ato seja cometido, também devendo atuar durante o flagrante delito, ou seja, de forma repressiva, detendo os indivíduos que cometem crimes, entende-se por crime toda ação ou omissão ofensiva a um direito tipificando e previamente estabelecendo uma punição para o crime.

A segunda é a ação investigativa, realizada pelas polícias civis, que têm como objetivo principal a prisão e detenção dos flagrantes delitos e a missão de investigar e apurar os fatos e atos cometidos, buscando encontrar os autores de crimes e o esclarecimento dos fatos com a revelação da verdade.

Assim, o Estado detém o poder da coercibilidade social, sendo seu dever exercer a Segurança Pública buscando a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seus órgãos constituídos. Entretanto, devido à complexidade da sociedade moderna o Estado encontra-se incapaz de estar presente em todos os lugares a todo o momento, inclusive pelo fato da existência de grandes áreas privadas, restringindo em muito a capacidade de atuação da Segurança Pública. Cabe a Segurança Pública atuar em áreas de bens públicos de uso comum do povo, sendo elas os espaços existentes destinadas a circulação pública, independente se trafegue a pé, ou com algum veículo terrestre ou marítimo, compondo-se das vias, logradouros, estradas, praças, áreas de lazer, como também dos mares e rios. Considerando que a propriedade privada é inviolável (2; p.15), podendo um agente público adentrar na residência somente por determinação judicial durante o dia, flagrante delito, com autorização expressa do proprietário, em situação de calamidade pública ou eminente perigo.

Nestas circunstâncias, verifica-se que existem grandes áreas urbanas privadas, locais que impedem a atuação da segurança pública sem a possibilidade de policiamento ostensivo e preventivo.

Questiona-se: Como ter segurança em áreas onde não é possível haver a supervisão por parte do Estado?

Além disso, há os efeitos da urbanização desenfreada, criadora de pólos isolados e inacessíveis, desorganização urbana, favelização, somado aos problemas urbanos como falta de iluminação, planejamento urbanístico, praças públicas não funcionais, isolamento social, influência e condições do local do crime, tomado como o espaço urbano onde o ato criminoso é cometido, que contribuem ou proporcionam a ocorrência e a reincidência criminal.

Verificando o reflexo do fraco desempenho da segurança social, proporcionado pela ambiência construída como um todo se pode pensar que isto se deve, em parte, a um desenho urbano que não tem levado em conta os problemas dessa segurança.

Examinando o caso da cidade de Florianópolis, observa-se que o traçado urbano, na sua concepção atual, parece desconsiderar a supervisão social, uma vez que contribui para o projeto de edificações isoladamente, fato que favorece a atuação criminal.

O conjunto das edificações forma, juntamente com as quadras e as vias, um desenho desfavorável à segurança. Esta concepção parcialmente planejada agrega características negativas geradoras de intercorrências sociais, e situações de quebra da ordem pública, como também apresenta características singulares prejudiciais à atuação do Estado junto à sociedade, em específico, dos órgãos de segurança pública.

A sustentabilidade urbana contribui diretamente para a segurança pública, pois além da influência que o local do crime exerceu ou contribuiu para a prática do crime, também está diretamente relacionada com a possibilidade da realização do policiamento comunitário, pois em locais com alto nível de degradação urbana e social, apresentam um cenário de difícil acesso para os órgãos de segurança pública em seu âmago social. Em geral são comunidades desagregadas, dissociadas, sem comprometimento comunitário e social, sem qualquer forma de articulação comunitária, logo sem possibilidade de realização do policiamento comunitário. Antes da implementação do policiamento comunitário, nestas comunidades, é necessários ser realizado uma reestruturação urbana e social, viabilizando a sua prática.

Logicamente que não se tem a pretensão de querer resolver uma questão tão ampla e abrangente, como é a criminalidade, com o presente estudo. Porém, o mesmo visa apresentar a complexidade e a multidimensionalidade das questões de segurança pública, dando oportunidades ao gestor público para que possua mais uma forma de combater o crime.

1. DELIMITAÇÃO DO TEMA E INTENÇÕES DO ESTUDO

1.1 JUSTIFICATIVA E INTENÇÕES DO ESTUDO

A atuação policial se dá no meio urbano, junto às ambiências construídas. O meio urbano atualmente apresenta diversas características decorrente do crescimento desenfreado e do desenvolvimento social. Dentre as mais impactantes consequências podemos apontar a malha viária incompatível com o fluxo de veículos, a formação desestruturada do desenho urbano, favelização, dificuldade de mobilidade, acessibilidade e visibilidade, grande áreas privadas sem possibilidade de supervisão estatal, locais isolados ou inatingíveis, ausência de locais para interação social como praças e parques, perda de identidade social, ausência da sensação de lugar, isolamento residencial. Sugerir-se para isso o gerenciamento estratégico urbano como o objetivo de auxiliar na minimização destas características deletérias as atividades de segurança pública.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

O desenho urbanístico situacional, como a ambiência construída exerce alguma forma de influência, quer sejam positivas ou negativas, às atividades de segurança pública?

1.3 HIPÓTESE DE PESQUISA

Propõe-se que um gerenciamento estratégico sobre os elementos urbanísticos e edificados, ou seja, elementos territoriais urbanos, objetivando as atividades de segurança pública, possam contribuir para que a comunidade se sinta mais segura, valorizar o imóvel, valorizar o espaço urbano, propiciar qualidade de vida aos habitantes, reduzir os custos dos cofres públicos e, principalmente, apresentar indicativos para a diminuição da criminalidade e da violência.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo Geral

Este trabalho visa analisar e propor a inserção de medidas de segurança nos ambientes construídos, na concepções do desenho urbano e no urbanismo, objetivando o favorecimento da ação de proteção e segurança, em contenção e prevenção da criminalidade e violência. Com isso proporcionando um

ambiente urbano mais seguro, valorização o imóvel e o espaço urbano, da qualidade de vida aos habitantes, oportunizando indicativos para a diminuição da criminalidade, na diminuição dos custos estaduais com a segurança urbana, na diminuição da probabilidade de vitimização, danos patrimoniais e no aumento do sentimento de segurança.

1.4.2 Objetivos Específicos

- ◆ Verificar os elementos de caráter objetivos e subjetivos componentes da Paisagem Urbana (desenho urbano e ambientes construídos) que influenciam nas atividades de Segurança Pública;
- ◆ Apontar características do desenho urbano e do ambiente construído que contribuem para os atos de segurança pública;
- ◆ Apontar características do desenho urbano e do ambiente construído que contribuem para os atos criminosos;
- ◆ Apontar sugestões para o gerenciamento territorial de forma que contribua para a segurança pública;
- ◆ Apontar estratégias de gestão urbana a favor da segurança pública;

2. METODOLOGIA

2.1 Método

Segundo Markoni e Lakatos (4; p.83), método “é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”. Os autores colocam ainda que qualquer ciência exige o emprego de métodos científicos.

Corroborando com os autores anteriormente citados, Fachin (5; p.27) afirma que método, em sentido mais genérico, “[...] é a escolha de procedimentos sistemáticos para descrição e explicação do estudo”. A autora afirma que durante a realização da pesquisa os métodos utilizados poderão variar.

O método utilizado foi o indutivo, que segundo Fachin (5, p.30), se caracteriza por ser um “[...] procedimento do raciocínio que, a partir de uma análise de dados particulares, se encaminha para noções gerais”. Diferencia-se do método dedutivo, pois deste se obtém uma conclusão a partir de suas proposições, dos aspectos gerais para o específico.

2.2 Tipo de Pesquisa

Será utilizada a pesquisa bibliográfica e documental. Segundo Markoni e Lakatos (4; p.56) a pesquisa documental caracteriza-se pela fonte de coleta de dados estar restrita a documentos, escritos ou não, chamados fontes primárias. Os mesmos autores afirmam que a pesquisa bibliográfica, abrange a bibliografia referente ao tema do estudo, já tornada pública, desde boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, etc.; além de meios de comunicação orais como: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais, filmes e televisão.

Fachin (5; p.125) aponta como pesquisa bibliográfica, o “conjunto de conhecimentos humanos reunidos nas obras”. Fachin (5; p.125) afirma, ainda, que a “pesquisa bibliográfica constitui o ato de ler, selecionar, fichar, organizar e arquivar tópicos de interesse para pesquisar em pauta”.

2.3 Técnicas de Coleta de Dados

Técnica segundo Markoni e Lakatos (4; p.176) é o “conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte; é a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática”.

Para realização deste trabalho serão realizadas fichas bibliográficas, que segundo Fachin (5; p.130) são “um dos recursos mais comuns à realização de pesquisa bibliográfica [...]”.

Serão realizados levantamentos bibliográficos, no material primário e secundário será feito um levantamento estatístico de ocorrências policiais, correlacionando com o ambiente dos fatos.

3. CONSTRUÇÃO DO CORPUS BIBLIOGRÁFICO

Para a composição deste corpo bibliográfico irá ser apresentado inicialmente à questão da gestão urbana, abordando os aspectos do gerenciamento estratégico nas atividades de segurança. Breves atribuições dos órgãos da Segurança Pública. A teoria do risco, cujo qual nos trará informações relativas às ameaças e vulnerabilidades às pessoas decorrentes do ambiente construído e desenho urbano. Em seguida, como gerenciar estes riscos, na gestão do risco, neutralização dos riscos, supervisão social e, por fim, a gestão estratégica territorial urbana, no qual ocorre uma concatenação dos temas apresentados confluindo para uma vertente única e agregativa.

3.1 GESTÃO TERRITORIAL URBANA

A gestão urbana atualmente é uma necessidade, o gerente urbano deve administrar a *res publica* objetivando o atendimento de todas as necessidades da comunidade, não há possibilidade de administração, sem um controle social e urbano. Há uma necessidade de ser realizado um planejamento para uma gestão estratégica, objetivando questões pontuais na administração. O cadastro técnico urbano é um recurso fundamental para que o administrador ou gerente tenha dados, informações e uma noção do que ocorre na cidade para dimensionar as estratégias da gestão. Para Garcia (6; p.97), o cadastro é um inventário público de todas as parcelas de terrenos e dos móveis de uma região. Com posse destes dados é possível dimensionar a organização física de uma região específica e deliberar de forma mais eficiente sobre ela. A administração pode promover um gerenciamento específico voltado para as atividades de segurança pública ao adotar medidas que venham a contribuir e auxiliar as atividades policiais.

3.1.1 O Planejamento estratégico na segurança

Planejamento estratégico, para Grimshaw, (7; p.42) é o processo de examinar os ambientes da organização, interna externamente, para determinar os fatores críticos e as melhores estratégias alternativas para atingir as metas e, por tanto, a missão proposta.

Um profissional de administração de risco precisa estar afinado ao ambiente que trabalha planejando estrategicamente o emprego da segurança. No novo milênio, várias são as medidas desencadeadas pelas corporações militares, com o objetivo de reduzir custos, otimizar serviços e atingir a eficiência com a redução da criminalidade. Dentre as mais variadas facetas desenvolvidas por essas organizações, citamos o planejamento estratégico. Segundo Brasiliano (8. P.59), muitos abordam que o planejamento estratégico é uma ferramenta exclusiva da alta gestão administrativa, porém o que se tem notado é que as exigências estabelecidas pelo mercado vêm abrindo espaços, para uma função integradora nesse seguimento, que é o gestor de riscos estratégicos.

Brasiliano (8; p.59) conceitua o planejamento estratégico é um processo gerencial que possibilita ao gestor estabelecer o rumo a ser seguido, com vistas a obter um nível de otimização na relação da empresa com seu ambiente, considerando as condições externas e internas à corporação.

Com relação à duração do projeto é preciso considerar as condicionantes internas e externas. Isso porque, as variáveis que podem influenciar no desempenho da empresa, estão subordinadas a cenários, que muitas das vezes variam de acordo com decisões da política externa.

O planejamento estratégico em segurança apresenta características que o diferem do planejamento convencional de uma organização.

Deve-se observar as peculiaridades desse planejamento:

- a) Planejamento em curto, médio e longo prazo, levando-se em consideração as variáveis externas e prazo de resposta a soluções implementadas na organização;
- b) Interação com todos os seguimentos da corporação, a fim de avaliar os riscos e com isso a possibilidade de perda em cada setor a curto, médio e longo prazo;
- c) Implementação de medidas organizacionais, táticas e técnicas com objetivo de otimizar recursos, cumprir metas e reduzir ameaça;
- d) Planejamento corporativo objetivando mitigar todos os riscos;
- e) Avaliação de riscos potenciais e reais. Permite um planejamento que apresenta características que são complexas, qualitativas, estratégica, confidencial, formal e econômica para a corporação.

Após verificarmos as características de um planejamento estratégico para segurança iremos definir a problemática que se depara o gestor de segurança. Um preceito básico que orienta um planejamento estratégico para segurança está no perfeito entendimento e compreensão dos riscos atuais e potenciais que enfrenta proveniente das variáveis externas.

O planejamento executado pelo gestor de segurança tem que estar constantemente monitorando os acontecimentos no ambiente interno e externo. Analisando o ambiente físico, o ambiente social, o ambiente político, a experiência histórica e o estado de arte criminal. Tudo com a finalidade de se antever a acontecimentos que possam prejudicar a organização.

A alta gestão é o principal responsável por evitar a perda na corporação, deve sempre estar preocupado em impedir o fracasso para reconhecer vulnerabilidades, o fracasso para usar as próprias contramedidas e o fracasso para considerar mudança.

O homem de segurança para orbitar no nível estratégico da empresa, além de considerar o acima exposto, deve ter em mente que a corporação necessita de um embasamento que lhe auxilie na tomada da decisão.

O planejamento estratégico em segurança deve estabelecer um conjunto de providências a serem tomadas, para que o futuro seja diferente do passado. Um programa de trabalho alinhado a um período de tempo vai permitir a polícia militar determinar suas prioridades e justificar suas exceções.

Todos dentro da corporação devem ter o entendimento que o planejamento da segurança deve ser contínuo. Toda a atividade estratégica deve resultar de decisões presentes, tomadas a partir do exame do seu impacto no futuro, o que lhe proporciona uma dimensão temporal.

Portanto, o planejamento estratégico da segurança não deve ser considerado apenas como uma referência teórica, deve ser a base de sustentação no processo decisório da Polícia Militar, tendo que contemplar medidas de curto, médio e longo prazo.

Quando se fala da gestão de segurança, logo nos vem à mente, os processos, os métodos, os conhecimentos e todos os insumos físicos voltados para a parte estrutural da atividade, não raro, nós esquecemos que tais objetos dependem da ação e do comportamento humano.

3.2 SEGURANÇA PÚBLICA

3.2.1 Ação da Polícia Militar

O sistema jurídico brasileiro reza que a instituição responsável pelo policiamento ostensivo e por preservar a Ordem Pública é a Polícia Militar, conforme prevê o artigo 144 §5º de nossa Carta Magna, que possui o seguinte texto: “Às Polícias militares cabem a Polícia Ostensiva e a preservação da Ordem Pública; (...).” (2; p.88).

A Polícia Militar executa seu mister em duas fases distintas. A primeira delas é quando a situação é normal, ou seja, não há nenhuma quebra da ordem pública, neste caso a Polícia Militar deve promover ações de caráter preventivo que visam a dissuadir quaisquer quebra da ordem que possam vir a ocorrer, utilizando para isto o policiamento preventivo. A segunda fase por sua vez dá-se quando a ordem já foi quebrada, neste caso a polícia agirá de maneira repressiva, trata-se do policiamento repressivo.

Entende-se que a primeira fase do policiamento, o preventivo, é a mais importante, pois ao evitar que qualquer quebra da ordem ocorra, o Estado está impedindo uma série de danos à ordem social que muitas vezes são irreversíveis, e de diversas ordens de lesão social humana. Pois, bens inestimáveis poderão ser perdidos e jamais ser recuperados, trata-se dos valores humanos, fatores psicológicos gerados nas vítimas e familiares, o sentimento de insegurança social, e diversas outras questões de ordem intrínsecas.

3.3 TEORIA DO RISCO

3.3.1 Conceitos

Brasiliano (8; p.101), apresenta conceito que a teoria do risco trata da identificação e avaliação dos tipos de ameaças em potenciais, dentro de uma determinada área delimitada ou objeto em estudo.

3.3.1.1. Riscos

Na busca da conceituação referente ao que se trata ser risco, encontramos no Glossário da Defesa Civil de Estudos de Riscos (9; p.236), a seguinte conceituação:

“Risco: Medida de dano potencial ou prejuízo econômico expressa em termos de probabilidade estática de ocorrência e de intensidade ou grandeza das consequências previsíveis.”

Riscos são ameaças decorrentes das vulnerabilidades existentes, capaz de produzir perdas reais. Logo, conclui-se que, risco é a relação existente entre a probabilidade de que uma ameaça se concretize, com o grau de vulnerabilidade do ambiente construído.

3.3.1.2 Ameaças

Trata-se da estimativa da iminente ocorrência, e a magnitude, de um evento criminoso em um determinado cenário. Expressa em termos de probabilidade de concretização do evento e da provável magnitude de sua manifestação, definição esta também encontrada no Glossário da Defesa Civil. (9; p.26).

3.3.1.3 Vulnerabilidade

É a condição intrínseca de um cenário, que determina a intensidade dos danos prováveis que serão produzidos pela concretização de uma determinada ameaça. Pode ser entendido como o inverso de segurança, conforme o Glossário de Defesa Civil, (9; p.274).

3.3.1.4 Dano

Podemos definir que o dano trata-se de uma medida que define a severidade ou a intensidade de uma lesão ao bem, a pessoa ou ao ambiente. Isto devido a falta de controle sobre o risco. Podemos classificar o dano em danos Humanos, Danos Materiais e Danos Ambientais. (9, p.101).

a). **Danos Humanos** – Refere-se ao número de pessoas atingidas diretamente e indiretamente, e a intensidade desta lesão sobre todas estas pessoas. (9; p.77).

b). **Danos Materiais** – Refere-se ao prejuízo ou a depreciação de qualquer ordem causada a este bem. (9; p.77).

Ressalta-se que bens são entendidos de forma genérica, abrangendo desde o bem público ao privado, como também dos moveis aos imóveis, entre outros.

c). **Danos Ambientais** – Trata-se de lesões a fauna ou a flora, ou qualquer ao meio ambiente. São estimados de acordo com as seguintes ordens: nível de poluição e contaminação do ar, água, solo, degradação e perda do solo, entre outros. (9; p.78).

3.3.1.5 Prejuízos

Trata-se da medida de perda relacionada com o valor de um determinado bem, em circunstância dos atos/fatos acontecidos.

Os prejuízos podem ser classificados em prejuízos econômicos e prejuízos sociais. Conforme a natureza da lesão proporcionada. (9; p.214).

3.4 GESTÃO DO RISCO

Brasiliano (8; p.124) afirma que a gestão do risco é a identificação da ameaça existente e a adoção de medidas eficientes contra estas ameaças, buscando uma solução ao risco. É comum as pessoas adotarem medidas paliativas e não eficientes, sem serem realizadas esta metodologia de análise de ameaças e vulnerabilidades, causando desperdícios de recursos e não atuando com eficiência sobre as verdadeiras ameaças existentes. Estas medidas paliativas não reduzem a possibilidade de ação da ameaça e não diminuem o grau de vulnerabilidade. Logo, o risco permanece latente e a possibilidade de sua execução dependerá agora somente do fator tempo, oportunidade e interesse do agente agressor.

3.4.1. Identificação e análise dos riscos

A identificação e análise dos riscos tratam do levantamento dos pontos considerados críticos, em resumo é o ato de buscar identificar os pontos de vulnerabilidades existentes, que possam propiciar a concretização de um evento lesivo ao bem ou as pessoas, destacado por Brasiliano (8; p.114). Entretanto não se

extingue na identificação desses pontos, é importante levantar os potenciais danos que causarão estes riscos e demais consequências a propriedade a vida humana.

A análise e a detecção das verdadeiras e potenciais ameaças existentes, é fundamental para que se possa determinar as medidas necessárias e eficazes para serem neutralizadas a vulnerabilidades, obtendo-se com isso uma verdade e efetiva ação preventiva.

3.4.2. Avaliação dos riscos

Brasiliano (8; p.115) afirma que a avaliação dos riscos é a mensuração da probabilidade de sua execução, ou seja, qual é a chance deste vir a acontecer.

3.5 NEUTRALIZAÇÃO DE RISCOS

Para a neutralização de ameaças ou riscos, afirma Brasiliano (8; p114) é primordial uma avaliação precisa a fim de determinar as medidas mais indicadas a serem adotadas. Definido o problema o primeiro passo é aplicar medidas preventivas ou corretivas, esta é a modalidade ideal para o combate a criminalidade e a violência. Falhando este processo, existem outros modelos de tratamento do risco, sendo eles:

3.5.1 Transferência do risco

Esta modalidade prevê a transferência de risco para terceiros. Esta modalidade está prevista para empresas, onde é levado em consideração o aspecto financeiro do mesmo, não considerando as perdas com o desgaste da imagem da empresa, a perda da produtividade e a desmotivação dos funcionários, bem como o sentimento de segurança do cliente, através de contratos de seguro.

Não cabe à polícia militar transferir as consequências da ocorrência do risco para algum outro ente estatal. No caso das cidades, onde a segurança é responsabilidade pública, deve-se conceber e adotar uma postura estratégica proativa dissuasória e reativa com resultados eficientes e permanentes.

3.5.2 Deslocamento do risco

A modalidade de tratamento do risco por deslocamento consiste em mobilizar o objeto do risco para outra localidade, ou ainda mudando-se a característica do negócio, ou então, modificando-se a natureza do risco. No caso, da polícia militar quando ocorre um policiamento efetivo em uma região, realmente ocorre a redução da criminalidade no local, mas não efetivamente trata-se de uma redução da criminalidade e sim de um deslocamento do risco, pois, estatisticamente verifica-se que houve o aumento em outra região. Em resumo, é uma redução paliativa, a criminalidade ainda existe e ocorre, porém, foi transferida a sua concretização para outra localidade. Também não é o que deseja a polícia militar, seu objetivo é a extinção do ato delituoso.

3.5.3 Assunção do risco

A modalidade de tratamento do risco por assunção consiste na inércia do detentor do risco, não concentrando nenhum esforço no sentido de modificar-se ou reduzir-se, adotando a postura de absorver todos os prejuízos consequentes da perda ou do colapso, crendo que a segurança pública proverá a proteção necessária.

3.5.4 Redução do risco

A modalidade de tratamento do risco por redução consiste em uma atuação planejada e em providências competentes, profissionais e especializadas, diretamente em todos os riscos que possam representar perdas patrimoniais, humanas e ambientais. O adequado dimensionamento dos investimentos em segurança, em suas diversas ordens e meios, fundamentado em metodologias próprias, resultará na redução de riscos para patamares aceitáveis, proporcionando-se uma relação de custo com benefício, de forma vantajosa para a sociedade. Reduzir os riscos, por parte da sociedade seria tomar atitudes e providências que dificultam a ocorrência da ameaça.

Em suma verifica-se que a Teoria do Risco trata da identificação e avaliação dos riscos existentes, tanto reais como potenciais. É um diagnóstico dos ambientes internos e externos no qual se ressaltam os pontos

fortes e fracos, e o as possíveis ameaças à estes pontos com também o seu grau de vulnerabilidade, buscando concluir o risco que o ambiente construído possui.

Dá-se importância para a compreensão dos riscos nas áreas públicas e sua origem, pois dessa forma poderá ser possível realizar uma eficaz segurança, e gerenciar a probabilidade de vitimização de fato criminoso. Além disso, a implementação dessas medidas deverá estar adequadas as necessidades e características específicas, conforme a natureza da ameaça e do ameaçado.

3.6 SUPERVISÃO SOCIAL

A supervisão é o principal meio utilizado no controle social. O estado está constantemente fiscalizando e supervisionando a sociedade com o intuito de evitar, por parte deste, que cometam atos contrários aos permitidos no ordenamento jurídico. Trata-se da supervisão estatal, a presença do policial tanto inibe, quanto flagra o ato criminoso. Porém, nem sempre é possível supervisionar toda a sociedade, em tempo integral, em todos os lugares. Perante isso, com o auxílio da tecnologia, passou-se a utilizar as câmeras de vigilância, uma extensão dos olhos da polícia, buscando suprir esta deficiência.

Porém, existe um ente supervisor extremamente eficiente, a sociedade.

A sociedade é um ser integrante da supervisão, trata-se da supervisão social (12; p.14).

Existem duas formas de supervisão, supervisão estatal, onde Estado supervisiona a sociedade através de seus órgãos fiscalizadores como a polícia militar. Supervisão social, onde a própria sociedade fiscaliza e testemunha os atos ilegais e nocivos à ela. A supervisão social poderá ser Natural ou Profissional.

Natural que é praticado pela vizinhança e por pessoas do bairro. Profissional, praticado por profissionais ou empresas devidamente qualificados e habilitados.

Não há necessidade de rondas, escoltas nada neste sentido, simplesmente o comprometimento com a sua própria comunidade com o intuito de alcançar bem comum a todos, a segurança. (10; p.90).

A habitação também possui o papel da supervisão social, numa avaliação ampliada de seu conceito, onde os seus moradores, mesmo no interior de sua habitação, possuem a capacidade de estarem informados sobre a movimentação ou a utilização das vias públicas por pessoas suspeitas. Esta supervisão estende-se até as casas vizinhas onde um vizinho possa conseguir visualizar a casa ao lado da sua propriedade. Muitas casas privilegiam garagens na sua fachada (11; p.52) o que diminui a área de supervisão da fachada da casa, dando também ao provável delinquente a sensação de ser menos visto.

O potencial de supervisão social é muito grande e pró-ativo. Além ter que existirem diversas janelas, amplas, boa iluminação, nenhum obstáculo visual, grades, a edificação “fica” bem “próxima” da via pública, tendo dessa forma acentuado o controle do local pelos seus usuários.

3.6.1 Bases Teóricas

3.6.1.1 A Teoria do Patrocínio Normativo

Segundo Sower (13; p.24), esta teoria apresenta que a maioria das pessoas possuem boa vontade e irão cooperar mutuamente entre si, objetivando a facilitação da construção de um consenso comum à todos. A partilha de valores, crenças e objetivos em comum irão aproximar grupos distintos de pessoas dentro de um mesma localidade em prol da melhoria de seus bairros.

3.6.1.2 A Teoria Social Crítica

Esta teoria apresenta um fenômeno social da comunidade. Trata-se da união das pessoas em um grupo social ou comunitário, buscando corrigir ou superar problemas ou deficiências sociais, (14; p.18). Problemas que impeçam a satisfação das necessidades sociais. Para a ocorrência deste fenômeno social é necessário a apresentação de três idéias centrais, sendo elas:

- a) Esclarecimento** – Não deverá haver dúvidas sobre as circunstâncias para que se possa modificá-las.
- b) Poder** – É necessária a ação das pessoas para melhorar as suas condições.
- c) Emancipação** – É possível as pessoas atingirem a liberdade tendo reflexão a cerca do problema e atuando socialmente sobre ele.

3.7 FATORES GERADORES DA CRIMINALIDADE

Para execução de seu mister preventivo, não basta que a Polícia Militar possua um numeroso efetivo de policiais tecnicamente atualizados e capacitados para atuar nas ruas, é necessário que o Estado atue de forma incisiva diretamente sobre o “nascimento do crime”, parafraseando uma expressão popular que afirma: “não adianta tirar água de canoa furada”. Por isso, é necessário se conhecer os fatores geradores da criminalidade para combatê-la em sua gênese, impedindo que esta continue “reproduzindo-se” incansavelmente. Nossos estudos resultaram em uma teoria, a Teoria Multifatorial da Criminalidade, que será apresentada em outra oportunidade.

Salienta-se que o ato criminal configura-se no momento de sua execução tipificada, a teoria multifatorial da criminalidade apresenta os fatores que cumulativamente ou alternadamente contribuem ou motivam à formação de um agente propenso à prática delitual, se associada à teoria do risco apresentará a probabilidade da ocorrência do ato criminoso.

A teoria multifatorial da criminalidade deve ser entendida transdisciplinarmente, ou seja, não há um único fator, ou fonte de origem responsável pela geração da conduta criminosa, e sim um conjunto diverso atuando de forma complexa. Suas consequências dependerão de valores subjetivos inerentes da própria pessoa em si, resultando em um candidato à agente criminoso ou um cidadão respeitador da lei.

Podemos citar os seguintes fatores:

3.7.1 FATORES SOCIAIS

- ◆ Sistema de Segurança Pública;
- ◆ Sistema de Saúde Pública;
- ◆ Políticas de Assistência social;
- ◆ Habitação;
- ◆ Êxodo Rural;
- ◆ Densidade Urbana;
- ◆ Crescimento desordenado das cidades;
- ◆ Fenômeno da favelização;
- ◆ Saneamento básico;
- ◆ Infra-estrutura;
- ◆ Acesso à Justiça;
- ◆ Valores Sociais;
- ◆ Pobreza como vítima do preconceito social
- ◆ Narcotráfico;
- ◆ Outros relacionados de âmbito social.

3.7.2 FATORES ECONÔMICOS

- ◆ Baixa renda;
- ◆ Necessidade financeira de sobrevivência;
- ◆ Concentração de Renda;
- ◆ Empregos;
- ◆ Estagnação Econômica;
- ◆ Dívidas;
- ◆ Custo de vida;
- ◆ Outros de ordem economia e financeira.

3.7.3 FATORES CULTURAIS

- ◆ Acesso a Educação pública, gratuita e de qualidade;
- ◆ Creches;
- ◆ Educação Fundamental;
- ◆ Educação Média;
- ◆ Acesso a Educação Superior;
- ◆ Cursos profissionalizantes;
- ◆ Cultura social
- ◆ Outros de ordem cultural e intelectual.

3.7.4 FATORES PSICO-AFETIVOS

- ◆ Família e violência familiar;
- ◆ Compreensão;
- ◆ Afeto paterno-materno;
- ◆ Princípios comportamentais;
- ◆ Revolta;
- ◆ Solidão;
- ◆ Personalidade desvirtuada;
- ◆ Valores Sociais, morais e éticos;
- ◆ Paisagem Urbana e Ambiente Público;
- ◆ Sentimento de Segurança;
- ◆ Inversão de valores;
- ◆ Dependência de drogas.
- ◆ Alcoolismo;
- ◆ Influência social para um padrão de consumismo;
- ◆ Outros de ordem psicológicas, afetivas ou emocionais.

Portanto, se queremos que “eles” não entrem na carreira do crime devemos investir na valorização da vida dessas pessoas. Não generalizemos o conceito de que as raízes da violência estão fincadas na pobreza. Isso é uma ofensa à população brasileira, aos pobres e trabalhadores que vivem dentro da lei, que a respeitam. Na realidade, esta responsabilidade é do Poder Público, que deixou que a escolha pelo crime pudesse ser feita por essas pessoas, ou, poderíamos dizer, que os deixou sem escolha. É claro que o crime é uma responsabilidade pessoal, individual do agente delitual, mas o Estado é o defensor da paz, o construtor da pacificação. Como também a própria Sociedade é responsável pela criminalidade e pela violência, por vários motivos. Inicialmente por ser um direito e dever de todos. Segundo pelo fato da Sociedade ser a grande consumidora das drogas e do mercado negro, logo o “patrocinador oficial” da criminalidade e da violência.

A complexidade do tema não se esgota nos fatores supracitados, os mesmos podem ser divididos e subfatores, que inclusive estão interligados ou confundem-se entre si. Por exemplo, o fator econômico pode abalar a estrutura psicológica de um indivíduo e levá-lo ao cometimento de um delito; como também o fator econômico obriga o indivíduo a instalar sua residência em favelas gerando problemas de ordem de interação social, que por sua vez pode gerar problemas psicológicos, pois, o ambiente construído não atende a sua função social e psicológica e cultural, e assim por diante.

3.8 PLANEJAMENTO URBANO PARA SEGURANÇA PÚBLICA

Conceber espaços edificados e áreas urbanas levando-se em conta a segurança é mais complexo do que se possa imaginar, pela simples suposição que se houvesse policiamento preventivo, presença ostensiva da polícia, em todas as vias e esquinas, permanentemente; a maioria das pessoas acreditaria que isso resolveria todos os problemas de criminalidade. Porém, há a limitação da atuação dos órgãos públicos restrito somente em áreas públicas. Assim, há muitos lugares privados, propriedades particulares, que não há possibilidade de ser executado o policiamento ostensivo, preventivo. Logo, percebe-se que é impossível e inviável manter todas as áreas de uma cidade com presença física policial. Porém, devemos considerar elementos que poderíamos incluir no projeto habitacional que, na ausência do policiamento ostensivo, influenciam positivamente na diminuição da ação delituosa na propriedade. Estes elementos devem contribuir para a facilitação da visibilidade, favorecendo a supervisão estatal e social, e a acessibilidade. (11; p.47).

Questiona-se quais as características do desenho urbano, do local do crime e das ambiências construídas que influenciaram a possibilidade do cometimento da ação delituosa. Levanta-se uma infinidade de elementos de caráter subjetivo e objetivo, que apresentam influência na redução dos índices de ocorrência delituosa contra a propriedade.

Percebemos que somente de uma maneira secundária é que o local do crime é levado em consideração no planejamento de ações de segurança pública de caráter preventivo. É necessário, entretanto salientar que mesmo que os órgãos policiais tenham conhecimento acerca dos problemas de segurança pública de determinadas áreas, devido aos mais variados problemas de planejamento urbano e infra-estrutura, estes sozinhos pouco podem fazer senão agir de maneira reativa. Há necessidade de uma postura pró-ativa, juntamente com os órgãos públicos de planejamento urbano e com empresas privadas no tocante a gestão urbana. A segurança pública deve exercer uma função normativa preventiva, a fim de apresentar soluções

e medidas preventivas para minimizar possibilidades de ocorrência delitual favorecidos pelo desenho urbano e concepção do ambiente construído.

Há comunidades que apresentam grandes índices de ocorrências policiais, dentre as mais comuns temos: homicídio, roubo, furto, tráfico de drogas entre outros. Basta uma análise preliminar para percebermos uma série de elementos no desenho urbano que facilitam, ou mesmo contribuem para o cometimento de delitos. Um dos mais notórios deles é a acessibilidade, várias áreas da favela somente podem ser alcançadas a pé, o que praticamente impossibilita a execução de um policiamento preventivo-ostensivo, e como consequência facilita a ação de criminosos. Mesmo a modalidade de policiamento ostensivo a pé não consegue atingir sua finalidade preventiva nesta comunidade, pois o policial somente consegue ser visualizado por uma quantidade muito pequena de moradores, devido a tal favela ser composta de becos bastante estreitos, inclusive tornando-se um local de perigo para a presença policial por oportunizar represálias. A dificuldade de se realizar policiamento neste tipo de ambiente é tão grande que os efetivos policiais brasileiros tiveram que desenvolver técnicas especiais de patrulhamento em favela, isto devido ao grande número de policiais vítimas de ações de marginais em tais ambientes. Vale ressaltar que o efetivo policial a ser empregado em tal tipo de modalidade, ou seja, patrulhamento em áreas de alto risco, segundo a técnica policial não deve ser inferior a cinco policiais, o que absorve grande efetivo.

3.8.1. Ambientes seguros

O crime não é um tumor nem uma epidemia, senão um doloroso problema interpessoal, econômico e social. Uma realidade próxima, cotidiana, quase doméstica: um problema da comunidade, que nasce na comunidade e que deve ser resolvido com auxílio da comunidade. (15; p.117).

Todas as escolas criminológicas fazem referência à prevenção do delito. Dizem que não basta reprimir o crime, isto é, é necessário antecipar, prevenir. São afirmações correntes, porém muitas vezes equivocadas ou vazias de conteúdo, em razão das inúmeras concepções que sustentam o conceito de prevenção. Pois por vezes esta prevenção na verdade é um deslocamento do ato criminoso, e não a dissuasão deste ato.

Com o objetivo de redução do risco ou da vulnerabilidade nos ambientes, pode-se utilizar a obstaculização.

A obstaculização consiste na utilização de instrumentos não penais, que alteram o cenário criminal (espaço físico, desenho arquitetônico e urbanístico, atitudes das vítimas, efetividade e rendimento do sistema legal, etc.). O objetivo é, pois, instalar travas e obstáculos de todo o tipo ao infrator no processo de execução do plano criminal, mediante uma intervenção seletiva no cenário do crime, que encarece, sem dúvida, os custos para o infrator (aumento do risco e diminuição dos benefícios) no efeito inibitório. (16; p.31).

O conceito de prevenção não pode se desvincular do fenômeno criminal, ou seja, reclama uma intervenção dinâmica e positiva que neutralize as raízes, as causas. Portanto, a mera dissuasão deixa as raízes intactas, devendo a prevenção ser contemplada, antes de tudo, como mobilização de todos os setores comunitários para enfrentar solidariamente um problema social.

3.8.1.1. Características do ambiente construído para a Segurança Pública

O ambiente construído pode apresentar características estruturais, arquitetônicas, decorativas ou até mesmo de proteção da propriedade que na verdade, pode surtir efeito inverso do desejado, gerando oportunidade para prática criminal contra o patrimônio.

Podemos citar alguns exemplos tais como:

A existência de grandes volumes decorativos em frente à residência, deficiência na iluminação da fachada, excesso de arbustos, muros altos, entre outras observações.

A existência de muros altos, totalmente fechados, sem qualquer visibilidade de dentro para fora e, também, de fora para dentro. Sem saber que ele também está proporcionando segurança para o infrator, que após transpor o obstáculo do muro, que é consideravelmente fácil, irá usufruir, da mesma segurança da não visibilidade externa, para favorecer suas práticas criminais.

Fato comprovado estatisticamente (17; p.32), que as casas que apresentam a fachada com ótima visibilidade para o seu interior, possuem índices bem reduzidos de ocorrências. Este fato é devido à visibilidade que há nas aberturas desta propriedade, na qual o criminoso não se encontra seguro ou protegido por paredões de muros, que encobrem todos os seus atos na perspectiva de observadores externos, supervisão estatal e social ou natural. Determinante para o sentimento de segurança, e um dos principais obstáculos à ação criminosa.

O excesso de elementos existentes na composição da propriedade cria um efeito de “trincheira” na frente desta residência, prejudicando a visibilidade, que facilita a atuação criminosa, pois necessitam estar encobertos visualmente e neste local encontram recursos físicos que auxiliam as suas ações obtusas.

A iluminação inadequada, algumas vezes prejudicada pelo crescimento de vegetação que reduz seu raio de luz. Também se remete como problema a baixa luminosidade. Através do contato com empresas de segurança privada e profissionais desta área, afirmaram que seus clientes tiveram índices de arrombamento e roubo em suas empresas pelo simples fato do incremento no sistema de iluminação.

Segundo o efetivo operacional ordinário e especializado, atuantes na região metropolitana de Florianópolis, há vias públicas específicas que os agentes delituais danificam a iluminação pública unicamente com o objetivo de encobrirem suas atividades.

A acessibilidade dos ambientes construídos contribui significativamente para a ação criminal, quanto mais fácil for este acesso mais fácil será a possibilidade de ser uma vítima, pois o agente criminoso. Porém, em contrapartida quanto mais difícil for este acesso mais exposto estará o usuário ou morador desta edificação. Deve-se obter um meio termo, um acesso rápido, porém, difícil para um estranho.

Em resumo estes estudos sobre a vulnerabilidade de um ambiente diz respeito à Teoria do Risco, responsável pelo estudo da probabilidade do acontecimento de fatos delituosos em um ambiente construído.

3.8.2. Influência do Desenho urbano

Desenho Urbano deverá priorizar a cidade como um mecanismo de sustentação para contatos profundos, *meeting place*, (11; p.23). A cidade é o local ideal para as pessoas se encontrarem e terem contatos. Estes contatos são de natureza variada, porém devendo ser efetivos. Nos EUA existem emigração de moradores dos grandes centros para os subúrbios, fugindo do isolamento e buscando, sem muito sucesso, a estabilidade social, vizinhos, relacionamentos íntimos e sociais. Sendo que nestes subúrbios podem restabelecer as amizades de vizinhança que, por sua vez, levam a forte satisfação comunitária, e isto independe da densidade populacional, está diretamente ligada à infra-estrutura e o relacionamento comunitário. (18; p.47).

Dwany, (19; p78) propõe a idéia do *sense of place*, trata-se do sentido de lugar, ou seja, como nós nos identificamos nos orientamos no espaço e nos sentimos seguros com o lugar em que moramos.

Entre as condições anormais que caracterizam as sociedades industriais modernas contam-se a crescente densidade populacional, o paradoxal isolamento do Homem, o excesso de rapidez nas mutações sociais e o desaparecimento das pequenas comunidades naturais como o clã, a aldeia ou a tribo.

O grau de povoamento que vê hoje e o isolamento do Homem são consequências do progresso tecnológico. Todas as sociedades pré-industriais eram predominantemente rurais. A Revolução Industrial aumentou enormemente o tamanho das cidades e a proporção da população que nelas vive, e a tecnologia agrícola moderna tornou possível obter da terra o necessário para manter uma densidade populacional como nunca houve anteriormente.

No mundo moderno a atividade humana domina a natureza e não o contrário, as sociedades modernas mudam muito rapidamente devido às mudanças tecnológicas, não existindo dessa forma uma referência estável.

A perda dos valores tradicionais implica de certa maneira a quebra dos elos que unem os pequenos agrupamentos tradicionais. A desintegração destes grupos também é promovida pelo fato de as pessoas, nas condições modernas, terem freqüentemente de mudar-se (por exigência ou tentação) para outras terras, separando-se das suas comunidades. Além disso, a sociedade tecnológica tende a enfraquecer os laços familiares e as comunidades locais para poder funcionar eficientemente. Nas sociedades modernas a lealdade de cada indivíduo tem de ser primeiro ao sistema e só secundariamente à pequena comunidade, porque se as lealdades internas das pequenas comunidades fossem mais fortes do que a lealdade ao sistema, essas comunidades atuariam para se favorecerem à custa do sistema.

Comunidades seguras são comunidades estáveis. Se o sentido total dado pela política do planejamento urbano do governo for combinado com os objetivos de reduzir a probabilidade de vitimização, acrescentando características de contribuir para as atividades de segurança pública, significará um avanço social para estas comunidades, classificando-as como comunidades socialmente sustentáveis.

3.8.2.1. Características do Desenho Urbano para a Segurança Pública

Direito à cidade para todos, o que compreende os direitos à terra urbanizada, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura e serviços públicos, ao transporte coletivo, à acessibilidade, ao trabalho, à cultura, ao lazer, à educação, ao esporte, à saúde e assistência social.

Locais onde a comunidade participa do desenvolvimento e planejamento urbano, a sua urbanização apresenta uma resposta dentro do contexto social e ambiental, incentiva a interação positiva da comunidade, o espírito da comunidade, o sentimento de posse e da responsabilidade mútua dos problemas sociais locais.

Os ajustes urbanísticos geram mais qualidades de vida e desenvolvimento social. Os espaços externos são projetados e devidamente integrados com os edifícios, contribuindo para a criação do sentimento de lugar e fortalecer a identidade da comunidade. As responsabilidades e os recursos, a longo prazo, da gerência devem claramente ser identificados no estágio de planejamento à satisfação da sociedade.

Apresentamos as características essenciais do desenho urbano no tocante à segurança:

a) ACESSIBILIDADE

A acessibilidade refere-se ao acesso como entradas e saídas do bairro, como também a movimentação ou circulação dentro deste bairro.

Os lugares devem possuir rotas bem definidas, espaços e entradas que previnem para uma movimentação conveniente sem comprometer a segurança.

As estradas de condomínios e edifícios devem ser projetadas de forma que criam um sentido na identidade, da privacidade e da posse compartilhada.

Os caminhos para pedestres e as cicloviás somente devem ser construídos se forem bem utilizados. Para isso, devem ter uma largura adequada e ter um ajuste apropriado à paisagem para evitar criar corredores estreitos susceptíveis de acidentes, impropriado à livre circulação de pessoas.

O limite da propriedade, particularmente aqueles no lado e parte traseira, que são contíguos com a terra pública, necessita ser seguro. As janelas não devem fornecer acesso fácil ou direto para a área pública, para isto deve-se utilizar alguma barreira perimetral, porém sem reduzir a visibilidade. Os pontos de acesso à parte traseira dos edifícios devem ser controlados, porque exemplo por meio das portas trancáveis.

A acessibilidade é um dos principais problemas nas comunidades carentes e favelas. Elas dificultam significativamente a atividades de segurança pública, tanto nas atividades preventivas como repressivas. Se houvesse a possibilidade de ser realizado policiamento preventivo, em suas diversas modalidades, com certeza estas comunidades apresentariam estatísticas e um quadro social diferente do que apresenta nos dias atuais. Nestes locais somente é possível entrar para a realização de atividades de repressão policial, sendo necessária a utilização de técnicas de entrada em áreas de alto risco.

Implementação do aumento da acessibilidade pela organização do sistema viário que permita o acesso aos veículos do corpo de bombeiros, ambulância, defesa civil, guarda municipal e polícia civil e militar; o do sistema viário deve ter por objetivos o aumento da trafegabilidade da via urbana de modo a garantir uma maior mobilidade dos indivíduos, o aumento da segurança pública e da utilização das áreas de uso público. Elaboração de um plano de acessibilidade que garanta deslocamento seguro e confortável para o pedestre, incluindo os portadores de necessidades especiais, bem como acesso aos diversos equipamentos e serviços urbanos.

b) ESTRUTURAS URBANAS

Os lugares devem ser estruturados para diversas finalidades e diferentes pessoas sem causar conflitos. Os espaços públicos bem projetados que aqueles de atendem as necessidades da comunidade, e oferecerão poucas oportunidades para o crime. Estruturas como praças, parques, terminais urbanos acessíveis e próximos das residências, cicloviás, passeios para pedestres, são exemplos de estruturas significativas para atendimento às necessidades sociais, reforçando a identidade com o local e reduzindo a oportunização do crime com a indiferença social ou o confinamento residencial.

c) SUPERVISÃO

Com já falado anteriormente existem duas formas de supervisão, a supervisão estatal, ou seja, o estado supervisiona a sociedade através de seus órgãos fiscalizadores como a polícia militar. E a supervisão social, onde a própria sociedade fiscaliza e testemunha os atos ilegais e nocivos à ela. A supervisão social poderá ser natural – praticado pela vizinhança e pessoas do bairro; ou poderá ser profissional – praticado

por empresas de vigilância privada.

É um dos principais requisitos para a atividade de segurança pública, é importante poder “ver” para poder fiscalizar, exercer o poder de polícia, coibir o ato criminoso com também prender em flagrante. Está diretamente ligado a visibilidade, acessibilidade e a iluminação.

Lugares onde os espaços sejam publicamente acessíveis são visíveis a todos. A supervisão social deve ser fortemente incentivada, mas com o devido o cuidado específico para assegurar-se de que não ocorrerá a invasão da privacidade. Para o desenvolvimento residencial, deve ser possibilitado estacionar próximo e de forma visível dos edifícios onde os proprietários vivem.

Poder supervisionar a sociedade, significa poder realizar segurança publica. Porém há locais inacessíveis, obtusos, ou simplesmente áreas privadas que não é permitida a circulação da polícia militar, nestes locais há necessidade da supervisão social (natural ou profissional).

A habitação possui um papel na supervisão social, numa avaliação ampliada de seu conceito, onde os seus moradores, mesmo no interior de sua habitação, possuem a capacidade de estarem informados sobre a movimentação ou a utilização das vias públicas por pessoas suspeitas. Esta supervisão estende-se até as casas vizinhas onde um vizinho possa conseguir visualizar a casa ao lado da sua propriedade. Muitas casas privilegiam garagens na sua fachada (11; p.93) o que diminui a área de supervisão da fachada da casa, dando também ao provável delinquente a sensação de ser menos visto. O potencial de supervisão social é muito grande e pró-ativo. Além ter que existirem diversas janelas, amplas, boa iluminação, nenhum obstáculo visual, grades, a edificação “fica” bem “próxima” da via pública, tendo dessa forma acentuado o controle do local pelos seus usuários.

d) ILUMINAÇÃO

Uma melhor iluminação da via urbana, como fachadas residências, é eficaz em reduzir o medo do crime, como também auxiliam significativamente na redução do ato criminoso e a sua reincidência. (20; p.81). As fontes de iluminação diferentes necessitam ser consideradas para ambientes diferentes - o caráter do ambiente local deve sempre ser respeitado. As vias e áreas públicas, praças, e áreas semi-privadas devem ser iluminadas. É de conhecimento comum do efetivo operacional ordinário, como também especializado, que em certas localidades os agentes criminosos depredam a iluminação pública com o objetivo de ocultação de seus atos, esta ocultação está ligada a evitar a visibilidade e a supervisão estatal e social, buscando o anonimato. Como também, teve-se a informação que em projetos de segurança privada, empresas obtiveram redução de reincidência de arrombamento pelo simples fato de implementação na iluminação do local.

e) PROPRIEDADE

A propriedade pode assumir uma postura a favor da segurança pública, compondo a paisagem urbana a favor das atividades policiais. Os moradores devem ter acesso visual à via pública, fortalecendo a supervisão social, como também contribuindo para a iluminação da fachada residencial, limpeza visual e uma arborização reduzida.

Lugares que promovam claramente o senso de propriedade, respeito, responsabilidades territoriais e comunitários, o que se chama na literatura, espaço defensivo ou, numa outra visão, espaço defensável.

f) PROTEÇÕES FÍSICAS

Lugares devem incluir em seus projetos elementos de proteções físicas bem projetadas. E não tapumes, que somente servem para obstruir a visibilidade sem gerar segurança efetiva.

g) ATIVIDADES URBANAS

Dependendo da localidade, diferem-se muito as atividades urbanas praticadas, podendo ser residencial, comercial ou industrial. Logicamente que há limitações determinadas pelo plano diretor municipal, objetivando o convívio harmonioso e o desenvolvimento econômico. (21; p.11).

Região Homogênea – Quando a ambiente apresenta somente uma atividade urbana;

Região Heterogênea – Quando o ambiente urbano apresenta duas ou mais atividades urbanas.

Nos lugares heterogêneos, sendo o nível de atividades humanas de natureza diversa e apropriada à sua localização, possuem menos riscos de crimes e um senso de proteção em todo o tempo pela utilização de pessoas em horários diversos e desencontrados. Este fato é dado pela constante supervisão social e da visibilidade, por sempre haver pessoas usufruindo do espaço urbano, e estarem constantemente percebendo os atos e fatos perceptíveis no local.

Diferente ocorre em locais homogêneos, que possuem certa densidade temporal, como as áreas

eminente comércio, com grande fluxo de pessoas de dia e totalmente “inabitado” à noite. Há grandes índices estatísticos de ocorrências policiais nestes locais.

h) VISIBILIDADE

A habitação também possui o papel da supervisão social, numa avaliação ampliada de seu conceito, onde os seus moradores, mesmo no interior de sua habitação, possuem a capacidade de estarem informados sobre a movimentação ou a utilização das vias públicas por pessoas suspeitas. Esta supervisão estende-se até as casas vizinhas onde um vizinho possa conseguir visualizar a casa ao lado da sua propriedade. Muitas casas privilegiam garagens na sua fachada (11; p.87) o que diminui a área de supervisão da fachada da casa, dando também ao provável delinquente a sensação de ser menos visto. O potencial de supervisão social é muito grande e pró-ativo. Além ter que existirem diversas janelas, amplas, boa iluminação, nenhum obstáculo visual, grades, a edificação “fica” bem “próxima” da via pública, tendo dessa forma acentuado o controle do local pelos seus usuários.

Os lugares devem preservar um grau mínimo de visibilidade em ambos os sentidos do seu ambiente construído, das propriedades circundantes e da via pública. As áreas públicas e semi-privadas devem ser prontamente visíveis dos edifícios, das residências e dos estabelecimentos, objetivando a facilitação da supervisão social e pública. As plantas e arbustos devem estar dispostos de forma que não propiciem esconderijos ou possam ocultar pessoas, permitindo a visibilidade. Deve ser mantida uma boa visibilidade de uma ou outra extremidade, e ao longo da rota dos passeios e das ciclovias. Como também vias públicas amplas, retilíneas, sem poluição visual, de forma que contribuam para a ostensividade e a visibilidade policial, evitando o anonimato do agente.

O princípio da ostensividade existente na atividade policial militar enquanto prevenção está diretamente ligada à visibilidade. Ver e ser visto, ou seja, fiscalizar a sociedade e informar para ela que está sendo realizada a atividade de segurança pública naquele local. Porém, como os policiais irão ver se o desenho urbano é tortuoso, estreito, desorganizado, se a via pública está visualmente congestionada e poluída. Geralmente nestes ambientes apresentam altos índices de criminalidade devido à facilitação da ocultação dos atos criminosos, considerado local de alto risco, pois somente depara-se com o perigo quando já está muito próximo ou frente a ele. Como também ocorre uma exposição dos agentes de segurança pública, em contra partida é propiciado a ocultação dos agentes nas entradas urbanas.

Devem ser objetivos da política de iluminação pública o aumento da visibilidade urbana de modo a garantir uma maior mobilidade dos indivíduos, o aumento da segurança pública e da utilização das áreas de uso público.

i) INVERSÃO DE VALORES

O desenho urbano exerce influência direta sobre a qualidade e a forma de vida de seus habitantes, como por exemplo, nas localidades de baixa renda onde as casas são construídas sem qualquer planejamento urbano ou com um planejamento inadequado que não propicia um desenvolvimento social saudável, sendo comprovado em alguns casos justamente o contrário, sendo esta uma sociedade patologicamente deturpada, com a inversão de valores, onde vê-se o criminoso como uma referência, e a polícia como uma ameaça.

j) GERENCIAMENTO E MANUTENÇÃO

Os lugares devem ser projetados prevendo o gerenciamento e a manutenção, com o objetivo de desencorajar a ação criminosa presente e futura. Não basta somente a implantação, deve-se haver o gerenciamento e a manutenção dos recursos implantados como os objetivos de se evitar a deterioração, depredação e a redução da influência destes itens para a segurança.

3.9 EXEMPLOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS

Esta temática a respeito da influência do ambiente urbano, desde o seu desenho até as construções, foi detectada na região metropolitana de Florianópolis, em Santa Catarina, mais específico entre as cidades de Florianópolis e São José. Oportunizado inicialmente por haver dois municípios contígios, muito semelhantes em diversos aspectos, porém, com características muitos diferentes na área de segurança pública. Como também, destacar o motivo da necessidade de um policiamento diferente na mesma localidade.

Buscou-se levantar inicialmente o motivo desta diferença. Para isso fez-se estudos referente à aplicabilidade do efetivo policial em localidades semelhantes, ou na mesma localidade em horários diferentes, buscando destacar suas características.

3.9.1 Parque e Coqueiros X Morro da Caixa

Parque de Coqueiro é uma praça construída por iniciativa comunitária que agrega diversas estruturas. O Morro da Caixa é uma comunidade muito próxima deste local.

Para fazer um comparativo entre o efetivo empregado e o benefício obtido vamos analisar o seguinte caso: o Parque de Coqueiros, situado às margens da Avenida Engenheiro Max de Souza, atende a centenas de pessoas que ali vão diariamente praticar suas atividades físicas, sem contar uma quantidade muito grande de transeuntes que por lá passam. Este local é um dos acessos do Bairro de Coqueiros; numa análise do ponto de vista objetivo nos remete ao fato do não registro de ocorrência criminal neste local a mais de doze meses, e, em outra, do ponto de vista subjetivo, uma quantidade muito grande de pessoas ao ver o policial naquele local se sente segura. Notar que a quantidade de policiais escalados no Parque de Coqueiros: 02 policiais por turno de serviço. Por sua vez no Morro da Caixa - contíguo ao Bairro de Coqueiros - é uma das áreas na região continental de Florianópolis onde a presença policial é mais constante: por turno, temos 6 policiais e duas viaturas; entretanto diferentemente do Parque de Coqueiros que, pelo seu desenho, possibilita uma visualização ampla do policial pela comunidade e vice versa, a presença policial na comunidade não consegue atingir o seu efeito dissuasório, nem transmitir segurança à população, apesar do número avantajado do efetivo humano e material.

Outra característica que se torna evidente na comunidade do Morro da Caixa em análise é a falta de infra-estrutura. Por ser uma área de preservação permanente (invadida), ou seja, apresenta uma inclinação do terreno superior à 45°, toda a área onde se encontra nesta comunidade é ocupada irregularmente. Decorre, portanto, que a infra-estrutura do local é precária e sem a menor presença pública: sem rede de esgoto em boa parte da comunidade, bem como drenagem pluvial, malha viária deficiente, entre outros.

Torna-se difícil de imaginar em um ambiente sem qualquer planejamento urbano, em um ambiente de vielas mal traçadas, casas sem qualquer quintal, nenhuma área de lazer para as crianças ou para os adultos, a saúde mental da comunidade fica severamente comprometida; não há espaço para as crianças “soltarem a imaginação”, nem tão pouco há convivência entre estas e os idosos, o que compromete transmissão e a necessária consolidação de valores familiares e tradicionais, e não se consiga atender as necessidades básicas de habitação. Como uma das consequências da falta de valores familiares e culturais, falta de lazer, que dificulta um saudável desenvolvimento mental, percebe-se que falta de planejamento urbano e o ambiente mal construído não favorecesse um saudável desenvolvimento social e mental, facilitando a ação criminosa nas comunidades mais populares. Outro fator decorrente da carência do desenho urbano é facilitação a ação do tráfico de drogas. Os traficantes colocam seus “vendedores” posicionados próximo a via à espera dos clientes.

3.9.2 Comunidade Chico Mendes

Comunidades carentes também sofrem grande influência do meio urbanístico e edificado, como é o caso da comunidade Chico Mendes. Esta comunidade situa-se às margens da rodovia federal 282, é constituída por pessoas carentes, e um grande número de casas populares e casebres precariamente construídos. Encontra-se ao lado do maior condomínio fechado do estado, Condomínio Habitacional Promorar, que possui mais de 4.700 moradores. No ano de 2000, foi lançado o Programa Habitar Brasil - Projeto Chico Mendes, uma parceria entre a Prefeitura de Florianópolis com o Banco Internacional do Desenvolvimento – BID, intermediado pelo Ministério das Cidades. Este programa teve como objetivo recuperar as condições básicas de moradia e implementar estruturas urbanas. Porém suas consequências foram muito mais do que isso. Uma comunidade que tratava-se apenas de um aglomerado casebres, formando uma favela, com diversos problemas urbanos e sociais. Hoje tornou-se em um local habitável com excelentes características urbanas e sociais, conforme figura 2. Percebeu-se ao longo da implantação deste projeto que gradativamente as ocorrências policiais foram reduzindo nesta comunidade, fato que intrigou e chamou a atenção do comando do policiamento responsável pelo local. Buscou-se levantar o motivo, já que não haverá nenhuma alteração significativa por parte da segurança pública que gerasse a redução das estatísticas.

Percebeu-se que ao passo que foi sendo executado este projeto, com a “limpeza” urbana, através do alargamento e construção de vias públicas, e a substituição dos casebres e favelas pelas moradias do programa, ocorria também a redução da criminalidade e da violência.

Como consequência disso passou-se a ter vias favoráveis ao trânsito de veículos, como também ruas em locais isolados que anteriormente não era possível o acesso. A organização urbana favoreceu muito a visibilidade podendo-se ver todos os pedestres transeuntes, os moradores passaram a ter acesso visual as

sua fachadas e a via pública. Foi despertado o sentimento ou o senso de lugar. Instalou-se creches, escolas, praças, áreas publicas e comuns.

Atualmente, a criminalidade desta comunidade, comparando-se com o período anterior ao da implantação deste projeto, foi consideravelmente reduzido. (17; p.23).

Logicamente, deve-se analisar outras variáveis existentes e influentes contra a criminalidade, no qual se sugere um estudo mais aprofundado desta localidade.

3.9.3 Calçadão do Kobrassol X Calçadão Felipe Schmitt

Na região metropolitana da Florianópolis possuímos duas áreas muito semelhantes, o calçadão do centro de Florianópolis e o calçadão do bairro do Kobrassol. Trata-se de áreas comerciais, de mesma extensão, com características semelhantes ao comércio usuários, porém com aspectos no tocante a segurança pública muito diferente.

No calçadão do centro de Florianópolis, são utilizados diariamente 36 policiais militares. A partir do ano de 2002 foram instaladas câmeras de segurança, mesmo assim ainda apresenta índices maiores de assalto e furto do que no calçadão do Kobrassol. São utilizados 18 policiais por dia para realizar o policiamento ostensivo. Ainda assim possui um índice estatístico bem menor.

No centro de Florianópolis o potencial de supervisão social é muito pequeno, nas áreas baixas existem predominantemente salas comerciais que a noite permanecem fechadas, o supervisão social, a visibilidade, acessibilidade de viaturas policiais estão completamente comprometidos. O local apresenta é uma região de atividade urbana homogênea havendo grande predominância de comércio e serviços, logo possui grande atividade e circulação de pessoal no horário comercial, e um grande deserto nos outros períodos.

Porém, em São José, na Avenida Lédio J. Martins / Kobrassol, a situação é o oposto. Além de existirem diversas janelas, amplas, boa iluminação, nenhum obstáculo visual, grades, o edifício está bem próximo a via pública, tendo dessa forma controle pelos seus usuários, garantindo a supervisão social.

Há grande circulação de pessoas no horário comercial, e fora deste período ainda permanece uma boa circulação de pessoas, pois, o local possui diversas estruturas habitacionais.

Entre as edificações e o calçadão, existem duas vias de trânsito, composta por uma única pista cada uma, uma em cada lado do calçadão que permite o fluxo de veículo, garantindo a acessibilidade dos usuários da via e dos serviços de segurança pública que podem realizar o policiamento ostensivo.

Estes vários pontos, como a supervisão social, acessibilidades, visibilidade são determinantes para as atividades de segurança pública e sentimento de segurança.

3.9.4 Manutenção das estruturas urbanas

Existem diversas estruturas sociais, no bairro do Kobrassol, entre elas algumas praças. Como todas as estruturas elas requerem manutenção, nota-se que quando há falta de manutenção especificamente em uma destas praças localizada na Rua Adhemar Vieira da Rosa, ocorre um aumento significativo da criminalidade no local, pois esta praça passa a oportunizar o ato delituoso.

Esta facilitação é decorrente da redução significativa da visibilidade. As copas das árvores como os arbustos encobrem a prática delituosa favorecendo-as. Percebeu-se que estes locais apresentam deficiência em seus projetos, são deslocados das áreas urbanas, não possuem atrativos sociais e são deficientes na acessibilidade.

Periodicamente a prefeitura providencia a limpeza visual destas praças e as mesmas foram inseridas nos roteiros de viaturas policiais. Fato que contribuiu para a redução das práticas criminosas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos este estudo que visa analisar e propor medidas para que a comunidade se sinta mais segura, valorizar o imóvel e o espaço urbano, e, propiciar qualidade de vida aos habitantes, e principalmente apresentar indicativos para a diminuição da criminalidade e da violência, contribuindo para os serviços de segurança pública e diminuição dos custos estaduais.

Como podemos perceber existe grande influência do desenho urbano que está diretamente relacionado

com a criminalidade e a violência. Pelo lado material, a forma das ruas, vielas, muros, iluminação pública, campo visual de uma praça, arborização inadequada, muros muitos altos, são fatores que podem determinar a maior ou menor incidência criminal num determinado trecho de um bairro.

A incorporação de medidas sensíveis de segurança durante a construção de uma edificação nova ou da reforma dos edifícios e propriedades contribuem significativamente para reduzir a vulnerabilidade e a probabilidade da ocorrência de crimes, do medo do crime e da desordem, resultando em melhores lugares para se viver.

A criminalidade está também diretamente relacionada à oportunidade que o potencial delinqüente encontra para a sua prática. Isto pode ser inibido pela supervisão das pessoas através da visibilidade das áreas públicas e semi-privadas. O sentimento de segurança está relacionado ao medo que esta população possui em ser vítima desta possível criminalidade.

Espera-se que este trabalho possa atingir o seu objetivo ao apresentar propostas para uma atuação de segurança eminentemente pró-ativa, onde os agentes de segurança pública ajudam no processo projetual, objetivando conseguir um ambiente seguro para residentes e usuários do espaço público, sem criar uma mentalidade de fortificação, que seja contra produtivo não somente nos termos dos objetivos do governo para a criação de ambientes vivos, atrativos e de comunidades sustentáveis, mas também nos termos da segurança. Fornecendo ambientes da qualidade e assegurando-se de que estejam corretamente controladas e mantidas, as comunidades sejam incentivadas mais prontamente para exercitar um sentido da posse e da responsabilidade. Trazendo a experiência da prevenção do crime das polícias, integrando o processo do planejamento urbano e do projeto de construção.

Defendemos que pode colaborar para o aumento do sentimento de segurança, como também, na efetiva realização da segurança, trabalhando-se com os fatores que contribuem para a diminuição da probabilidade de ocorrência do crime, conforme mencionadas acima, adquirindo com isso mais recursos que contribuem de forma ampla e concreta para o controle criminal, a manutenção da ordem pública e a garantia da paz social.

Este estudo não teve a pretensão de exaurir o tema apresentado, espera-se que ocorram mais estudos a cerca do assunto, para um maior aprofundamento no conteúdo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adams, Richard E. "Is happiness a Home in the Suburbs?: The Influence of Urban Versus Suburban Neighborhoods on Psychological Health". Journal Community Psychology, Vol. 20, October 1992.
- Alexander, Christopher. A New Theory of Urban Design. Nova York: Oxford University Press, 1987.
- Beato F. Claudio C. Determinantes da Criminalidade em Minas Gerais. Rev. bras. Ci. Soc. v.13 n.37 São Paulo Jun. 1998.
- Brasil. Constituição da República Federativa. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.
- Brasil. Ministério da Justiça / SENASP. Guia para a Prevenção do Crime e da Violência dos Municípios. Disponível em <http://www.mj.gov.br/senasp>. Acessado em 23 de setembro de 2007, 23:10:00.
- Brasiliano, A. C. Ribeiro. Planejamento da Segurança Empresarial – Metodologia e Implantação. São Paulo: Brasiliano & Associados: Sicurezza: Cia das Artes, 1999.
- Dwany, Andres. "Neotraditional Urbanism versus Suburban Sprawl" Video Tape, produzido por TRACE (University of Waterloo) na apresentação do tema. 1993.
- Fachin, Odília. Fundamentos de Metodologia. 3^a edição. São Paulo: Saraiva, 2001.
- Fay, B. Social Theory and Political Practice. Londres, Grã Bretanha: George & Unwin Publishers Ltd, 1984.
- Garcia, José. A. G. The use of orthophotographic techniques in a modern cadastre including date bank. Canadá, National Council, 1974.
- Glossário de Defesa Civil: Estudos de Riscos e Medicina de Desastres. 3^a ed. Ver./ Ministério da Integração Nacional. Brasília: MI, 2002.
- Grimshaw, W. Future Vision: An Organizational Strategic Planning System. Kalamazoo, Michigan: Baker and Barnett Publishers. 1990.
- Hochheim, Norberto. Cadastro Técnico Urbano. Fpolis: UFSC, 2003

- Jacobs, Jane. Morte e Vida das Grandes Cidades. Tradução: Carlos S. Mendes Rosa: São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2000.
- Lefebvre, Henri. O Direito à Cidade. São Paulo: Centauro. 2009.
- Luvvas, Jay. Napoleão na Arte da Guerra. Tradução por Luis Carlos do Nascimento. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- Marconi, Marina de Andrade; Lakatos, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. 6ª edição. São Paulo: Atlas, S.A., 2006.
- Meirelles, Ely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 16 Ed. Atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1991.
- Newmann, Oscar. Natural surveillance. In: Defensible space: crime prevention through urban design. New York: Collier Books, 1973.
- Polícia Militar de Santa Catarina - PMSC / Central de Operações Policiais Militares - COPOM, Dados Estatísticos de Ocorrências. 2007.
- Sower, C. Community Involvement. Glencoe, Illinois: Free Press. 1975.
- Trojanowicz, Robert. Policiamento Comunitário: Como começar. Tradução de Mina Seinfeld de Carakushansky - Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1994.